

# *Agrarismo e industrialismo: UMA PRIMEIRA TENTATIVA MARXISTA DE INTERPRETAÇÃO DO BRASIL*

Angelo José da Silva  
Universidade Federal do Paraná

## RESUMO

*O presente artigo procura analisar o livro de Octávio Brandão, Agrarismo e industrialismo, com o intuito de demonstrar que este ensaio, editado em 1926, constitui-se na primeira tentativa de análise da realidade brasileira a utilizar o marxismo como referencial teórico.*

PALAVRAS-CHAVE: *marxismo; República Velha; Partido Comunista do Brasil; tenentismo.*

## I. INTRODUÇÃO

Poucos textos relativos à análise da realidade brasileira foram tão citados e tão pouco analisados com a atenção que o trabalho de Octávio Brandão merece. Via de regra, os autores referem-se a esse trabalho de forma displicente, tratando-o com desdém e (des)classificando-o, *a priori*, como um amontoado de esquematismos; um livro pretensamente marxista.

Pretendo realizar uma análise um pouco mais detida do seu conteúdo, procurando demonstrar, além de suas limitações e contradições internas, a contribuição que este texto prestou para a compreensão da realidade brasileira, a partir de uma abordagem marxista.

Por ter sido a primeira tentativa marxista de interpretação de nossa realidade, *Agrarismo e industrialismo* influenciou de maneira significativa a orientação política praticada pelo Partido Comunista do Brasil, de 1926 até pelo menos a Revolução de 1930.

Publicado em 1926 no Rio de Janeiro, para tentar despistar a repressão do governo oligár-

quico, tem na capa, como autor, o nome de Fritz Mayer e como local de edição a cidade de Buenos Aires. O subtítulo deste opúsculo é “Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”.

*Agrarismo e industrialismo* procura fazer uma análise da revolta ocorrida em São Paulo, de 5 a 28 de julho de 1924, sob uma ótica inédita até então. O autor realiza, também, inferências sobre a história do Brasil e sobre a revolta de 1922, ocorrida no Rio de Janeiro, episódio conhecido como “Os dezoito do Forte”. Além disto, os possíveis desdobramentos da revolta de 1924 também são ali considerados. O trabalho está dividido em três grandes partes: “Análise”, “Síntese”, “A Revolta Permanente”. Possui oitenta e cinco páginas e vem datado de nove de março de 1926.

Nos textos acadêmicos e mesmo nos livros de militantes e ex-militantes do PCB, a quantidade de críticas que esse autor recebe é muito grande, como já mencionei acima. Na maioria dos casos, as críticas apontam para o mecanicismo da análise, para o esquematismo teórico e para a ingenuidade intelectual de Brandão, além da ignorância do marxismo, talvez em função de sua origem anarquista<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> O presente artigo é uma versão ligeiramente modificada de uma parte da Dissertação de Mestrado por mim defendida em dezembro de 1996 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). V. SILVA, 1996.

<sup>2</sup> Como é do conhecimento dos estudiosos desse tema, o PCB teve dentre seus nove fundadores, no Congresso realizado nos dias 25, 26 e 27 de março

Apesar da unanimidade das críticas, o texto de Octavio Brandão apresenta uma série de virtudes. É o primeiro esforço de análise sobre a realidade brasileira que foge de maneira mais ou menos clara do padrão analítico existente até então. Os estudos baseados na raça, no meio físico-geográfico etc., embora apareçam em *Agrarismo e industrialismo*, não compõem a tônica do trabalho. Ou seja, no mínimo afirmo que o trabalho em pauta é uma ruptura com tudo aquilo que havia sido feito até então, como tentativa de interpretação da sociedade brasileira. Além disto, o texto representa uma ruptura, à medida que incorpora uma série de conceitos caros ao marxismo, como por exemplo ‘luta de classes’ e a idéia de ‘contradição’, substituindo a de ‘harmonia’, tão recorrente no pensamento autoritário da época.

Nesse sentido, se o marxismo presente nas linhas de *Agrarismo e industrialismo* não possui aquele talhe mais sofisticado, existente nos textos dos clássicos ou acadêmicos, não deixa de ser o marxismo “possível” para aquela conjuntura e para aquele militante do PCB.

## II. OS PRIMEIROS PASSOS DA ANÁLISE

Para retomar os aspectos que apenas mencionei acima, torna-se necessário realizar uma apresentação desse ensaio de Octavio Brandão<sup>3</sup>. Assim, se o considerarmos “[...] *fora*

---

de 1922, no Rio de Janeiro, oito militantes oriundos do anarquismo. Embora Octavio Brandão (1896-1980) não estivesse presente naquele Congresso, sua origem anarquista é notória. Farmacêutico de profissão, ele deixa o anarquismo para ingressar no PCB no ano de sua fundação, 1922. Na década de 1920 é um de seus principais teóricos e um dos mais importantes dirigentes. Em 1928 é eleito, junto com Minervino de Oliveira, Intendente (vereador) do Rio de Janeiro, pela legenda do Bloco Operário e Camponês (BOC). Com o “obreirismo” levado a cabo pelo PCB, acaba sendo afastado da direção e passa a desempenhar funções secundárias no interior do Partido. Em junho de 1931 é preso e deportado. Vive na ex-URSS até 1946, quando retorna ao Brasil.

<sup>3</sup> A cópia do texto por mim utilizada apresenta uma série de anotações feitas, provavelmente, pelo autor. Estas notas, em sua maioria, fazem correções gramaticais, mudanças de alguns termos e supressão de outros. Em função disto, não levarei em conta estas

*do contexto*, vale dizer, não levando em conta seu caráter pioneiro e a precariedade dos instrumentos teóricos manejados por Brandão (uma assimilação sumária e filosoficamente ingênua da dialética marxista, uma desenvoltura pueril na aplicação dessa dialética à periodização da história do proletariado no Brasil [...]), *Agrarismo e industrialismo não resiste à crítica*” (QUARTIM DE MORAES, 1991: 76; grifos meus).

Apenas a título de exemplo das críticas recebidas por Brandão menciono a opinião de Luis Carlos Prestes, expressa da maneira que segue: “O livro do Brandão, que exerceu uma influência muito grande na direção do partido, é um tema completamente errado. [...] Ele resolveu criar uma oposição entre o agrarismo e o industrialismo e batizou: o agrarismo está com o imperialismo inglês e a industrialização está com o imperialismo americano. Isso é artificial. É completamente artificial [...]. E ele não tinha noção nenhuma de dialética. Ele dizia que o governo do Bernardes foi pior do que o governo do Epitácio. O governo do Washington Luiz foi pior que o do Bernardes. E que o futuro que viria seria pior que o do Washington Luiz. Isso era a dialética dele. Um mecanicismo vulgar. Não tem nada a ver com dialética” (PRESTES, 1993: 96).

Conforme apontei acima, esta não é a única fonte de crítica ao trabalho de Brandão<sup>4</sup>.

---

anotações por não alterarem de forma significativa nenhum aspecto do conteúdo do ensaio. Além disso, alerto o leitor que utilizei nas transcrições a forma ortográfica atual, por considerar que este tipo de procedimento não altera em nada o conteúdo do trabalho analisado. Por fim, informo também que utilizei uma cópia xerográfica do referido texto, conseguida no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde está depositado o original.

<sup>4</sup> Podem ser encontradas observações críticas a *Agrarismo e industrialismo* em vários textos, como por exemplo: PANDOLFI, 1995: 98, onde a autora toma como fiador de suas palavras Astrojildo Pereira. A ênfase das observações feitas por Pandolfi recaem, via de regra, sobre o esquematismo e mecanicismo do texto de Brandão e das teses e resoluções do PCB que se basearam naquele ensaio.

Considero, contudo, que uma vez situado no seu contexto, *Agrarismo e industrialismo* apresenta uma série de virtudes.

O único autor a ressaltar-lhe os aspectos positivos, após fazer-lhe a crítica, foi João Quartim de Moraes, ao afirmar que “de poucas obras dir-se-á com razão serem tão paradoxais quanto *Agrarismo e industrialismo*. Seus defeitos saltam aos olhos, mas não devem fazer perder de vista nem o pioneirismo doutrinário, [...] nem a percepção, que nos parece justa, de que o principal conflito no Brasil de então opunha os interesses da nação aos das oligarquias agrárias. Também são globalmente justas suas observações sobre o imperialismo e a subordinação econômica dos interesses agrários à alta finança inglesa, bem como sobre as perspectivas sombrias que nos reservava nossa posição de monoexportadores de café” (QUARTIM DE MORAES, 1991: 79).

No quadro do assim chamado pensamento social brasileiro da época, caracterizado pela predominância do liberalismo oligárquico e do autoritarismo, esse ensaio de Octávio Brandão significou uma ruptura. Brandão realiza, pela primeira vez, uma análise onde estão presentes as classes sociais em confronto, a disputa de interesses políticos e econômicos, nacionais e internacionais.

Em relação aos anarquistas e socialistas vale dizer que não produziram muitas análises sobre a realidade brasileira do período. Em relação aos primeiros, não é demais lembrar que seu declínio político inicia-se por volta da década de 1920. Além disto, os anarquistas eram mais afeitos à agitação e à ação direta do que a grandes análises teóricas sobre a realidade. Digo isto sem qualquer sentido pejorativo. No que tange aos socialistas, havia uma dispersão muito acentuada, o que dificultou a elaboração de maiores e mais complexas análises sobre o Brasil, até a Revolução de 1930, pelo menos<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> No trabalho de Sílvia Magnani podem ser encontradas análises sobre a sociedade brasileira, realizadas pelos anarquistas. Contudo, não podemos considerar a produção teórico-analítica do movimento anarquista como sendo apoiado nas teses de Marx, obviamente. Embora também situadas no terreno da crítica ao tipo de análise social vigente no Brasil, de um ponto de

Apesar de ser um texto pioneiro, ou justamente por este motivo, encontram-se nele várias influências do pensamento social que o antecedeu. Uma marca visível é aquela deixada por Euclides da Cunha, no que diz respeito à busca de uma explicação a partir da *raça* e do *meio físico*. A organização mais geral de *Os sertões* deixa explícito o caminho seguido por seu autor. Com “a terra, o homem, a luta”, é traçado um perfil do País que, para os padrões da época, chega a ser avançado. O próprio Euclides apresentava simpatias pelas idéias da esquerda. “Nesta cidade [São José do Rio Pardo, no Estado de São Paulo], fundou ele [Euclides], com Francisco Escobar e Paschoal Artese, um *partido socialista*, avançado para a época” (VENÂNCIO Filho, 1995: 627; grifo meu). Assim Francisco Venâncio Filho relatou este fato<sup>6</sup>.

vista mais geral estas interpretações da realidade nacional não tiveram, nem de longe, o alcance e profundidade daquelas realizadas por Brandão. Ver MAGNANI, 1982. No trabalho de Cláudio Batalha sobre os socialistas brasileiros encontramos referências à falta de elaboração teórico-analítica por parte destes militantes da esquerda. É Batalha quem afirma que “[...] não se pode dizer que tenha havido uma contribuição original e significativa dos socialistas locais ao corpo doutrinário do movimento. Em outras palavras, as fileiras do socialismo no Brasil não produziram nenhum grande teórico e nem ao menos uma única obra de grande importância para a orientação do movimento” (BATALHA, 1995: 26). No que diz respeito ao pensamento liberal e ao autoritário, é quase senso comum que estes predominaram na Primeira República. Não pretendo expor as grandes teses destas correntes de análise, uma vez que para os objetivos deste artigo a menção ao pensamento liberal e autoritário serve apenas como termo de comparação para a análise de *Agrarismo e industrialismo*. Aponto um texto significativo sobre o pensamento autoritário na Primeira República que serviu-me como orientação mais genérica sobre o tema. V. LAMOUNIER, 1990.

<sup>6</sup> É curioso o depoimento prestado ao autor destas linhas por um militante comunista, com mais de setenta anos de idade, chamado Diogo Ximenes, em relação a Euclides da Cunha. Esse comunista relatou-me que, segundo Luis Carlos Prestes, seu antigo amigo e camarada, “Euclides da Cunha foi o primeiro a fazer uma análise marxista do Brasil” e sugeriu-me a leitura dos seguintes textos de Euclides, para comprovar essa tese: “Contrastes e confrontos”, “À

Essa influência de Euclides da Cunha, presente no texto de Octávio Brandão, pode ser claramente verificada na passagem onde está dito que “o homem, como a terra, ainda está em formação. Não há o brasileiro — um tipo definido. Há uma mistura desordenada de raças e sub-raças. O duplo caos da terra e do homem projeta-se sobre numerosos aspectos da vida nacional” (MAYER (pseud.), 1926: 7).

Iniciando propriamente o exame de *Agrarismo e industrialismo*, temos a revolta tenentista de 1924 como o mote para Brandão realizar sua análise do Brasil. “Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil” é o subtítulo do ensaio de Brandão. Provavelmente sem se dar conta, este autor tenha sido o criador, em 1926, da expressão “marxismo-leninismo”, que foi lançada, em março de 1928, por A. M. Deborin e seu grupo na Academia Comunista e no final dos anos trinta incorporada ao léxico marxista por Stalin (QUARTIM DE MORAES, 1991: 78-79). Para além de inaugurar a série de análises marxistas

---

margem da história” e “À margem da geografia”. Meu objetivo, aqui, não é demonstrar ou negar a pertinência desta tese mas sim destacar que Euclides da Cunha influenciou até mesmo o “Cavaleiro da Esperança”. Para os interessados na obra de Euclides da Cunha sugiro como leitura inicial os estudos de Gilberto Freyre (1995) e de Nelson Werneck Sodré (1995). Finalmente, pude identificar no *Inventário analítico do acervo Octavio Brandão* dois documentos relacionados a Euclides da Cunha, o que não demonstra cabalmente a dívida daquele comunista para com este socialista, se é que posso dizer isto, mas sugere, pelo menos, uma simpatia intelectual que pode estar relacionada com o que foi produzido no texto *Agrarismo e industrialismo*. Os documentos são: “Carta à Casa de Euclides da Cunha encaminhando cópias de trabalhos de sua autoria e relatando feitos de divulgação de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro (DF), 5 abril 1958. 2 p. (cop. dt.)” (ZANATTA, 1986: 37; grifado no original) e “Pela memória magnífica de Euclides da Cunha”. *Artigo encaminhado a Arnaldo Jambo para publicação na imprensa de Maceió. Relata trabalhos nos quais o autor consagra e divulga Euclides da Cunha: livros, artigos, estudos, discursos, cursos e conferências, programas de rádio, no Brasil e na União Soviética. s.l., 27 novembro 1959. 3 p. (dt. c. 2 cop.)* (ZANATTA, 1986: 111; grifado no original).

sobre o Brasil, mais uma vez aparece o pioneirismo de Brandão com o termo marxismo-leninismo.

A seguir, o autor irá debruçar-se também sobre os eventos de 1922, mais precisamente o levante ocorrido no Forte de Copacabana, episódio conhecido como “Os dezoito do Forte”, estabelecendo uma relação entre 1922 e 1924 para concluir que aproximava-se a chamada *terceira revolta*.

Logo nas primeiras páginas encontramos uma passagem segundo a qual “com a retirada de São Paulo, foi transposta a primeira etapa da segunda batalha que a pequena burguesia nacional travou contra os fazendeiros de café, senhores da nação: assim compreendemos a significação do movimento paulista de 5 a 28 de julho de 1924” (MAYER (pseud.), 1926: 3).

Dois aspectos recorrentes da análise de Brandão já despontam nesta passagem. O primeiro deles é a classificação do movimento tenentista como sendo pequeno-burguês. Presente ao longo do texto, e nas análises posteriores do Partido Comunista do Brasil, esta classificação do tenentismo será acrescentada àquela na qual Brandão aponta os fazendeiros do café como “senhores da nação”.

Na seqüência de seu texto, o autor procura identificar as causas que originaram as revoltas a partir da caserna e procura demonstrar a proximidade da já mencionada *terceira revolta*. Esta, necessariamente, aconteceria porque as causas das revoltas tenentistas de 22 e 24 continuavam a existir. Eram elas econômicas, políticas e psicológicas. As causas econômicas podem ser assim resumidas: déficit público, inflação, dívida externa, carestia, a disputa entre os imperialismos inglês e norte-americano pelo controle do mercado brasileiro, os grandes latifúndios, a concentração da produção capitalista, a falência política e econômica do Estado. Note-se a identificação do antagonismo anglo-americano, tema recorrente nas análises do PCB no período, e sua classificação como causa econômica.

Como causas políticas Brandão aponta o seguinte: “A situação revolucionária internacional; a vontade de dominação — vontade de potência,

diria o filósofo — por parte dos grandes industriais cujos interesses muitas vezes são desprezados pelos grandes fazendeiros de café; a rivalidade crescente entre ambos, rivalidade política resultante da rivalidade econômica (comparar a produção manufatureira do estado de São Paulo com a sua exportação cafeeira, para ver que aquela, proporcionalmente, tem progredido mais que esta e caminha para nivelar-se-lhe e, posteriormente, ultrapassá-la); os direitos eleitorais da pequena burguesia pisados pela política atual (ver o não reconhecimento do senador Irineu Machado); o despertar desses elementos e o dos operários; a concentração de massas oprimidas em quatro cidades do litoral e especialmente no trecho centro-oriental; o reforçamento da velha oligarquia de politiquinhos paulistas e mineiros; um Congresso de bonzos que lambem as patas do Buda-fazendeiro de café; o enfraquecimento da força coletiva do governo, a desagregação da força política do Estado, força coercitiva, pelos empréstimos e valorizações, desagregação provocada pelo grande burguês agrário (fazendeiro de café), em proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o Estado e o povo sejam sacrificados, por outras palavras, o próprio grande burguês agrário é quem mais enfraquece politicamente o seu Estado, o Estado burguês agrário do Brasil [...]” (MAYER (pseud.), 1926: 4)<sup>7</sup>.

Inicialmente, chamo a atenção para a forma do texto, que é bastante esquemático. Existe um esforço por parte do autor no sentido de, ao que parece, reunir uma série de fatos para comprovar uma tese, sem que ele se preocupe em estabelecer uma relação causal entre os mesmos. A impressão que fica é que, para Brandão, os fatos falam por si mesmos. Isto pode ser notado nesta e noutras passagens. Contudo, o mais importante é o conjunto de avaliações sobre a realidade nacional e internacional. Quanto à “situação revolucionária”, pode-se argumentar que, em meados da década em questão, o grande impulso da Revolução Russa já havia arrefecido

e o fascismo italiano já se instalara no poder, o que não caracterizava, portanto, a existência de uma situação revolucionária, pelo menos no centro do capitalismo, isto é, na Europa e, menos ainda, nos Estados Unidos. É significativo, no entanto, a menção do autor à cena internacional, do ponto de vista da metodologia de análise. O marxismo não prescinde da contextualização das realidades nacionais no quadro internacional para realizar suas elaborações analíticas.

As demais caracterizações presentes naquela passagem vão identificar de maneira inédita e com repercussões em trabalhos acadêmicos posteriores alguns aspectos decisivos da realidade brasileira: a rivalidade entre industriais e fazendeiros de café; as limitações e contradições do liberalismo oligárquico com o pisoteamento dos “direitos eleitorais da pequena burguesia”; a domesticação do Congresso pelos fazendeiros de São Paulo e Minas e, de maneira significativa, o desgaste, a deslegitimação do Estado produzida pelas oligarquias, através do endividamento internacional e das “políticas de valorização do café”<sup>8</sup>.

Quanto às causas psicológicas, entendo que Octávio Brandão engloba aspectos que, do ponto de vista marxista, poderiam ser chamados, genericamente, de ideologia. A passagem do texto relativa à psicologia diz o seguinte: “O espírito de revolta; o abalo mundial produzido pela guerra e pela Revolução Russa; a luta entre o liberalismo de uma parte do Exército, impregnada de positivismo filosófico e o espírito tacanho, feudal, dos governantes; o mal-estar moral e mental; a repulsa por todos esses processos em que a ‘justiça’ se coloca ao lado do governo (ver o caso do jornalista Mário Rodrigues); o desejo de uma transformação; a desilusão por parte da pequena burguesia de obter melhorias pelos ‘canais competentes’, isto é, pela via legal, jurídica, pacífica, reformista; a incapacidade dos velhos e novos sistemas religiosos e filosóficos para resolver o problema social; a impressão penosa deixada num povo faminto pela festa do colar e pelas recepções a

<sup>7</sup> Peço a compreensão do leitor para as extensas citações. Parafrazeá-lo pareceu-me mais prejudicial para os fins dessa exposição, à medida que *Agrarismo e industrialismo* é muito mencionado e pouco analisado.

<sup>8</sup> No que tange à influência de Brandão e do PCB sobre textos acadêmicos elaborados posteriormente, ver SILVA, 1996.

parasitas estrangeiros [...]. Se juntarmos a todas essas razões a dureza da repressão desta segunda tentativa de aniquilamento dos elementos feudais do País, repressão que será um dos maiores auxiliares dos revoltosos, compreenderemos integralmente a fatalidade da terceira tentativa, que poderá ser vitoriosa se os combatentes souberem aproveitar as lições das derrotas” (MAYER (pseud.), 1926: 5).

Mais uma vez temos Brandão reforçando a tese da *terceira revolta*, que seria consequência da falta de outras alternativas para a crise de dominação por ele identificada. De maneira geral, a análise apresentada acima dá conta de traçar um perfil da situação de crise e seus desdobramentos pela qual passava o País naquele momento.

O autor procura, a seguir, realizar uma análise da situação internacional. As principais considerações são as seguintes: “A vaga revolucionária que, em 1917-1919, ameaçava despedaçar a amurada do capitalismo e recuara em 1920-1923, avança novamente” (MAYER (pseud.), 1926: 5).

Dando continuidade ao texto, Brandão aponta uma série de elementos em vários países da Europa que demonstrariam a crise da burguesia, o enfraquecimento dos partidos socialistas e o fortalecimento dos partidos comunistas. A seguir ele “retorna” ao Brasil para concluir esta parte de seu ensaio. “Tal a situação internacional no momento em que rebentou a revolta de São Paulo. Trata-se, pois, de um episódio, uma escaramuça local de uma grande batalha internacional: a guerra internacional das classes. No Brasil, a pequena burguesia luta contra o fazendeiro de café. Nos países ‘civilizados’ o proletariado luta contra a burguesia. Eis a diferença, o que mostra o nosso atraso de pobres bugres da América do Sul. No Brasil, os pequenos burgueses lutam contra os agrários feudais como na Alemanha de 1848 [...]. Episódio da luta de classes no setor brasileiro de uma batalha internacional: aí está a nossa interpretação da revolta de 5 de julho de 1924” (MAYER (pseud.), 1926: 6).

Outra tese importante aparece acima, quando o autor classifica uma parcela da classe dominante como sendo feudal. A luta da pequena

burguesia contra este setor mais atrasado levou Brandão a formular a necessidade da revolução democrática pequeno-burguesa. A partir desta tese, primeiro seria necessário que houvesse a instalação do capitalismo, ou melhor, a eliminação dos aspectos feudais do capitalismo brasileiro, para depois se realizar a revolução proletária. Estes aspectos foram duramente criticados pela Internacional Comunista no final dos anos de 1920 e no ano de 1930<sup>9</sup>.

Tentando realizar uma análise mais detalhada do país, Brandão irá estender os olhos para os aspectos físicos (ou de geografia física). “58% da superfície está coberta de matas” enquanto que nos países industrializados essa porcentagem está na casa dos 20%. “Deduz-se daí que o homem ainda não conhece a terra mal desbravada e que se trata de país ainda selvagem, onde a barbaria da mata é mais poderosa que o esforço civilizador do homem” (MAYER (pseud.), 1926: 7). Note-se aqui mais uma proximidade com Euclides da Cunha.

Continuando com a exposição do texto de Brandão, temos a parte “econômica”: “De um ponto de vista geral: a economia é instável, baseada num produto secundário, o café, sujeito a todas as flutuações do mercado, precisando do óleo canforado dos empréstimos e valorizações. Economia agrária, economia feudal, como a da Espanha, Pérsia [...]. A indústria é incipiente, reduzida ao litoral e adjacências. Há uma numerosa pequena burguesia — rural, comercial, industrial, burocrática — procurando sempre conciliar: *nos campos, o interesse dos colonos-servos com o dos fazendeiros*; nas cidades, o interesse dos operários com o dos grandes burgueses industriais [...]. Há 275 mil trabalhadores fabris, isto é, reduzido número de elementos de progresso real [...]. Há uns 9 milhões de trabalhadores rurais, isto é, a dispersão, a descentralização, o analfabetismo, a inconsciência de classe, *a servidão medieval* [...]. Uma quantidade enorme de intermediários: étnicos como os mulatos e os caboclos, econômicos como os quitandeiros e lojistas, políticos como os reformistas

<sup>9</sup> Para uma abordagem mais detalhada desta crítica da Internacional Comunista a Brandão e ao Partido Comunista do Brasil, ver SILVA, 1996.

ou socialistas, religiosos como os espíritas e teósofos, tipos que, geralmente, não possuem as qualidades dos extremos, tendo os defeitos de ambos. *Um colonialismo econômico disfarçado, sob a tutela da Grã-Bretanha. A luta mortal anglo-americana pela posse do mercado.* Eis o quadro geral da situação [...]. Portanto, economicamente, o Brasil é um país agrário, país dominado pelo agrarismo, e não pelo industrialismo, como a Alemanha” (MAYER (pseud.), 1926: 7-8; grifos meus).

Identifica-se aqui a caracterização feita pelo autor sobre a realidade brasileira, mais especificamente sua formação social. Embora caracterize o colono como servo, o que pode ser questionável, Brandão define com clareza o significado desta predominância do meio rural sobre o urbano, à medida que a inexistência de um setor industrial significativo coloca o país no terreno das “colônias” e não no da indústria, com as conseqüências para a política, ou mais precisamente, para a democracia existente no Brasil<sup>10</sup>

O próximo aspecto anotado pelo autor é a política. “[...] *A política é fatalmente agrária, política de fazendeiros de café, instalados no Catete.* Existe uma oposição burguesa desorganizada, caótica. Dois únicos partidos organizados — o Comunista, ainda fraco, pobre, fundado há pouco mais de dois anos, e o Partido Republicano, dos grandes fazendeiros de café, partido forte, rico, partido do governo — quer dizer, os dois extremos, a extrema esquerda e a extrema direita [...]. *Uma burguesia industrial e comercial politicamente nula, desorganizada [...]*” (MAYER (pseud.), 1926: 8; grifos meus).

A última frase desta passagem consegue, de forma aguda, captar a situação daquelas frações da burguesia brasileira. Contudo, a conclusão mecanicamente estabelecida na primeira frase e presente, também, em outras passagens de *Agrarismo e industrialismo*, é equivocada. O fazendeiro de café ocupa uma posição subordi-

nada no interior do “bloco no poder”. Quem detém a hegemonia no interior deste bloco é a fração comercial dessa burguesia ligada à produção do café (PERISSINOTTO, 1994). De qualquer maneira, este tipo de equívoco parece existir não só neste trabalho de Octavio Brandão, como também na bibliografia acadêmica sobre o período em questão.

O autor procurará demonstrar, a seguir, como se dá a política no Brasil. “Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, conseqüência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande proprietário no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeeira e a servidão nos alicerces. Idade Média. A conseqüência religiosa é o catolicismo [...]. E a conseqüência psicológica: no alto, o orgulho, a mentalidade aristocrática, feudal; em baixo, a humildade [...]. São Paulo e Minas são os senhores da nação. Mas São Paulo é o senhor de Minas. Por quê? Porque enquanto os estabelecimentos rurais de Minas valem 1 milhão e 961 mil contos, os de São Paulo valem 2 milhões e 887 mil contos. A economia esclarea a política [...]. Corolariamente: a política, a psicologia e a hierarquia social reinantes são cafejeiras. Corolariamente: quem manda na política nacional são os fazendeiros de café” (MAYER (pseud.), 1926: 9).

O destaque aqui é a ênfase no feudalismo brasileiro e na oposição *agrarismo versus industrialismo*. Brandão estabelece, também, uma ligação entre este setor agrário e o setor financeiro, listando nomes de fazendeiros ligados aos bancos. Mas uma vez o autor “acerta uma no cravo outra na ferradura” ao apontar corretamente o tipo de dominação existente no campo para, a seguir, concluir de forma simplista que os fazendeiros de café comandam o aparelho de Estado.

O próximo item possui como centro a psico-

<sup>10</sup> Em recente artigo, Décio Saes realiza uma avaliação sobre a democracia no Brasil e suas perspectivas, onde destaco a relação entre o tipo de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do tipo de democracia existente. V. SAES, 1996.

logia onde o autor repete algumas idéias e informações já apresentadas anteriormente e conclui dizendo: “*vê-se, aí, como a economia modifica a psicologia*” (MAYER (pseud.), 1926:14).

Dando prosseguimento à sua análise, Octavio Brandão discute alguns aspectos da realidade nacional, apresentando em seu texto as características que ele considera fundamentais. O primeiro deles é o aspecto *social*, onde predominam o “coronel”, o “padre”, o “oficial do exército” e o “bacharel” e, como conseqüência, aquilo que o autor chama de “medievalite crônica”. Outro aspecto elencado é o que ele chama de realidade *medieval*, demonstrada pela miséria do povo, pelo terror diante das forças da natureza etc. e concluída com a idéia de que o Brasil “*ainda é, no conjunto, um país medieval, atrasado, sob este ponto de vista, cinco séculos no mínimo*” (MAYER (pseud.), 1926:15). Brandão identifica, ainda, uma terceira característica de nossa realidade por ele chamada *confusionista*. Aqui o autor procura demonstrar a confusão ideológica existente no Brasil, dando como exemplos, dentre outros, jornais que publicam artigos de Trotski e Lênin, aliados econômicos e adversários políticos etc. Finalmente, temos a característica  *sintética*, onde Brandão afirma que “[...] encarando as nossas lutas parciais, observamos: o combate entre a burguesia industrial norte-americana e burguesia financeira inglesa; o combate entre o fazendeiro de café, de um lado, e, do outro lado, o grande burguês manufatureiro, o grande burguês comercial, o usineiro etc. etc.” (MAYER (pseud.), 1926: 17). O autor conclui dizendo que toda essa confusão é um barril de pólvora onde o proletariado fará a revolução comunista.

A seguir Brandão irá analisar “A primeira revolta”, a de 1922, relacionando-a com a segunda, de São Paulo e do Rio Grande do Sul em 1924. As principais conclusões são: in experiência política (desconheciam Marx e Engels, e as técnicas de luta para realizar uma ação armada); além disto, temos que “o movimento de 1924 ultrapassou de muito o de 1922 [...] mas as ilusões pequeno burguesas de seus dirigentes perturbaram-lhe a marcha [...]. Os revoltosos não souberam explorar a rivalidade econômica e política anglo-americana” (MAYER (pseud.), 1926: 18-19).

Após fazer uma análise do desenvolvimento do imperialismo internacional, destacando as conclusões de Lênin no seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, sem, no entanto, mencioná-lo explicitamente, Brandão entrará no “tema brasileiro”: “Sem o exame, que fizemos, do imperialismo em geral e sem o estudo, que vamos fazer, do imperialismo em particular, a revolta de 1924 e a guerra de classes no Brasil perderão uma de suas significações mais profundas [...]. Estas páginas não constituem uma crônica da revolta de 1924 e sim um esboço da situação brasileira num dado momento histórico, um quadro geral do fenômeno histórico brasileiro em ligação com o fenômeno histórico internacional e como dependência deste. A história brasileira é apenas um elo da cadeia histórica universal” (MAYER (pseud.), 1926: 37).

Mais uma vez temos, nas últimas idéias desta passagem, uma demonstração do pioneirismo deste trabalho. Após estas afirmações, Brandão procura detalhar a sua tese da oposição anglo-americana. “Até 1822, o Brasil colônia de uma colônia inglesa (Portugal) era uma sub-colônia da Inglaterra. Nessa data, conseguida a independência de fachada com auxílio da espada inglesa, mercenária, de Cochrane, vendê-mo-la, logo depois, por 1 milhão, às quatro firmas inglesas que cobriram o empréstimo de 1824, e, por 2 milhões de libras esterlinas, a Nathan Rotschild, em 1825. O Brasil começou a girar em torno da economia e, portanto, da política inglesa: não pode haver independência política onde não há independência econômica [...]. Com a guerra, a Grã-Bretanha teve de concentrar suas energias na luta pela vitória. Descurrou-se do campo econômico da América do Sul. Então os Estados Unidos, aproveitando o momento, iniciaram a conquista econômica, portanto política também, desse território, conquista política preparada, em parte, no Brasil pelo ministério Rio Branco de parceria com Elihu Root. Subiram a exportação e a importação; multiplicaram-se os bancos norte-americanos; choveram os empréstimos em dólares” (MAYER (pseud.), 1926: 37-38).

Com o fim da I Grande Guerra, a Inglaterra procura retomar o controle perdido. “Desenha-se, pois, uma luta mortal, com fluxos e refluxos, entre os dois grandes imperialismos: 1822-1914,



supremacia da Inglaterra; 1914-1922, supremacia dos Estados Unidos; 1923-1924, rivalidade imperialista anglo-americana, pendendo a balança para o lado da Inglaterra. Podemos provar isto com algarismos. Em 1910-1914, a Inglaterra vendeu ao Brasil, em números redondos, 67 milhões de libras; os Estados Unidos, 39. Em 1915-1919, o primeiro país vendeu-nos 46 milhões; o segundo, 102. Em 1920-1921, o primeiro vendeu-nos 39; o segundo, 71. Já em 1923, a Inglaterra vendeu-nos 600 mil contos, e os Estados Unidos, 505 mil contos” (MAYER (pseud.), 1926: 38-39).

Seguindo esse curso, Brandão irá afirmar que as disputas se materializam nas grandes companhias da Inglaterra e dos Estados Unidos. Por exemplo: “Essa rivalidade entre a Standard e a Shell é tão perigosa que já lançou o México em sangrenta guerra civil. Combinada com a rivalidade anglo-americana noutros domínios, ela ameaça lançar o mundo numa guerra tão terrível que a de 1914-1918 parecerá um brinquedo de criança. Esta devorou 18 milhões de seres. A nova guerra devorará de 60 a 80 milhões” (MAYER (pseud.), 1926: 41).

A tese central de Brandão sobre o conflito inter-imperialista e seus aliados aparece, mais claramente, a seguir: “A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apóia o presidente Bernardes, isto é, o fazendeiro de café, o agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente, apóia os revoltosos, isto é, a pequena burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde agirá o grande burguês industrial. De um lado, o fazendeiro de café alia-se, nacional (Banco do Brasil) e internacionalmente (Rotschild), ao financeiro. Do outro lado, o pequeno burguês alia-se, nacional (José Carlos Macedo Soares) e internacionalmente (Estados Unidos), ao burguês industrial. Os extremos se tocam: a política primitiva do agrário (fazendeiro de café) combina-se com a política crepuscular do financeiro, última etapa da economia capitalista. E, entre os dois, o meio termo: a pequena burguesia aliada ao industrialismo, penúltima etapa da economia capitalista” (MAYER (pseud.), 1926: 43-44).

Traçado este esquema, pode-se, finalmente, chegar a conclusão da análise sobre a conjuntura brasileira. “Se os revoltosos pequeno-burgueses souberem explorar a rivalidade imperialista anglo-americana e a luta entre os agrários e os industriais, se procurarem uma base de classe para a sua ação, se o proletariado entrar na batalha e *se essas contradições coincidirem com a luta presidencial e as complicações financeiras, será possível o esmagamento dos agrários*. Dada esta situação objetiva, a vitória da pequena burguesia aliada ao grande burguês industrial e, posteriormente, a vitória do proletariado, serão meras questões subjetivas. Dependerão da capacidade dos revoltosos pequeno-burgueses e da dos revolucionários proletários” (MAYER (pseud.), 1926: 67; grifos meus).

Destaco, das passagens acima, a busca de Brandão em procurar demonstrar a contradição existente no Brasil entre os imperialismos inglês e norte-americano e suas respectivas ligações com os “agrários” e burguesia e pequena burguesia urbanas. Parece-me plausível a maioria das afirmações desse autor sobre o tema. O exemplo por ele mesmo citado da Revolução Mexicana demonstra o grau de conflito que esta contradição inter-imperialista pode produzir. Seu erro, parece-me, foi de ênfase. Na verdade, havia uma contradição intra-oligárquica, baseada na disputa pelo controle do Estado, o que propiciaria um predomínio da política econômica voltada para o mercado interno (Rio Grande e Minas Gerais, principalmente) ou externo (São Paulo). Esta contradição foi levada ao extremo pelas massas urbanas e pelos tenentes. Ao deixar de lado, principalmente, a presença popular, Brandão, assim como o PCB, foi “surpreendido”, a partir do “erro” da análise, pelos rumos que a Revolução de 1930 acabou por tomar, por exemplo<sup>11</sup>.

No outro extremo da capacidade de prever os desenvolvimentos do processo político, Brandão foi profético. Na citação acima, esse autor descreve a crise revolucionária de 1930 ao afirmar que seria possível “esmagar os agrários” quando da coincidência das contradições

<sup>11</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre esta conjuntura da Revolução de 1930, ver SILVA, 1996.

existentes no País com a sucessão presidencial e a crise econômica que se aprofundava. Neste caso, faltou a Brandão dizer apenas o dia do levante, com quatro anos de antecedência. É de se lamentar, contudo, que no momento em que os fatos comprovavam suas hipóteses ele tenha voltado as costas para suas próprias palavras. Brandão, como Intendente (vereador) do Rio de Janeiro, assim se pronunciou a 4 de setembro de 1929, em discurso no Conselho Municipal: “uma insurreição chefiada pelos senhores Washington Luiz e Júlio Prestes não pode ser uma revolução. Tem de ser uma contra-revolução, uma insurreição reacionária ou contra-revolucionária. Uma insurreição chefiada pelos srs. Washington Luiz e Júlio Prestes, na realidade, instalaria o fascismo no Brasil, com a proteção dos banqueiros de Londres. É uma insurreição chefiada pelos srs. Getúlio Vargas e Antônio Carlos seria uma insurreição também reacionária, contra-revolucionária, e instalaria também o fascismo no Brasil sob a proteção dos banqueiros de Nova York” (BRANDÃO, 1978: 368-369).

Este novo posicionamento político, considerando como fascistas os possíveis levantes chefiados pelas duas alas da oligarquia que se enfrentavam nesse período, mostra a radical diferença entre as proposições de 1926 e de 1929. Esta postura estendeu-se para além da Revolução de 1930, quando este movimento foi caracterizado pelo PCB e por Brandão como uma quartelada. Pressionado pela Internacional Comunista (IC) Octavio Brandão, juntamente com o PCB, deram uma guinada à esquerda. Em uma conferência de Partidos Comunistas, realizada em Buenos Aires, no ano de 1930, este dirigente do PCB diz ter ouvido “[...] 16 discursos de ataques, inclusive pessoais” (BRANDÃO, 1978: 379). Além dos ataques, as ameaças também se fizeram presentes e Brandão não conseguiu resistir à nova linha política preconizada naquele momento pela IC de “Revolução Soviética” imediata. “[...] Estava sozinho. Fui transformado em bode expiatório de todas as culpas e ameaçado de expulsão” (BRANDÃO, 1978: 380). Diante disto, talvez torne-se mais compreensível o porque da mudança tão radical na análise política efetuada pelo autor de *Agrarismo e industrialismo*.

Creio haver apresentado as principais teses de Brandão nas linhas acima. Procurei deixar de lado algumas idéias muito primárias e que, em última instância, pouca influência tiveram na vida política do PCB, como, por exemplo, a forma ingênua e dogmática, destacada por João Quartim de Moraes ao discutir o trabalho de Brandão, representada na “[...] compartimentação artificial do processo histórico em etapas datadas com a precisão de um calendário e encadeadas umas às outras como momentos da tríade dialética (a ‘tese’ iria de 15 de novembro de 1889 a fins de 1917; a ‘antítese’ de fins de 1917 a 25 de março de 1922, fundação do PCB, quando teria começado a ‘síntese’) [...]” (QUARTIM DE MORAES, 1991: 80). Reforço, contudo, o fato de que este tipo de esquematismo primário de Brandão não deve servir de argumento para se desclassificar o texto *in totum*, sem levar em consideração o que ele tem de importante e decisivo, como fundador de um modelo analítico no Brasil.

### III. CONCLUSÃO

Conforme alertei anteriormente, o ensaio *Agrarismo e industrialismo* apresenta, por assim dizer, altos e baixos. Pretendo, contudo, reforçar a posição de vanguarda que esse texto ocupou na história do pensamento social brasileiro, influenciando autores acadêmicos que fizeram escola: Caio Prado Júnior e Néson Werneck Sodré. Essa influência, no entanto, não se restringiu a autores ligados ao PCB, como no caso destes dois exemplos. Celso Furtado, que não é conhecido como um autor próximo deste partido, em seu *Formação econômica do Brasil*, retoma a tese de Octavio Brandão, referente à oposição entre o urbano e o rural. Nesta obra, Furtado afirma que “o movimento revolucionário de 1930 — ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922 — tem sua base nas populações urbanas, particularmente a burocracia militar e civil e os grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo domínio dos grupos cafeeiros — de seus aliados da finança internacional, comprometidos na política de valorização — sobre o governo federal. Contudo, em face da reação armada de 1932, o governo provisório tomou, a partir de 1933, uma série de medidas

destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café inclusive uma redução de cinquenta por cento nas dívidas bancárias destes últimos” (FURTADO, 1972: 201).

Para Furtado, como mostra a passagem acima, a Revolução de 1930 representou a continuidade das revoltas tenentistas da década de 20 e esteve apoiada na população urbana, setor mais progressista da sociedade brasileira. A burguesia cafeeira, aliada do imperialismo inglês, foi aliada do controle sobre o governo federal, voltando a ter alguns dos seus interesses atendidos somente após a reação de 1932, a assim chamada Revolução Constitucionalista. Ou, mais especificamente, a base social da revolução é composta pelas populações urbanas que se movimentam contra o domínio político e econômico exercido pelos representantes das classes ligadas ao campo, à produção agrícola (café, principalmente), influenciadas pelo capitalismo internacional. Como componentes dessas populações urbanas estariam as classes médias e os “grupos industriais”, ou o que se poderia denominar burguesia industrial. E, como membros da classe ligada ao campo, estaria uma oligarquia latifundiária, exportadora de café, ligada ao mercado internacional. Celso Furtado faz uma análise onde vemos a sociedade brasileira dividida em dois blocos. O primeiro, mais atrasado e reacionário (oligarquia rural), e o segundo, mais avançado e progressista (burguesia industrial, classes médias urbanas e trabalhadores).

Conforme procurei demonstrar, as semelhanças com as teses de *Agrarismo e industrialismo* são visíveis também nesse importante autor. Apesar disto, foram poucos os trabalhos que se dispuseram a analisar minimamente o conteúdo do ensaio de Octavio Brandão.

Creio ter trazido à baila aspectos significativos do conteúdo desse ensaio — perdoe-me, mais uma vez, o leitor pelo grande número de citações — que constituiu-se numa ruptura com as tentativas de explicação da realidade nacional e passou a utilizar, pela primeira vez em nossa história, um referencial marxista para realizar uma análise política do Brasil, com um mínimo de consistência e repercussão. Em que pesem as limitações do texto, pode-se dizer que, apesar de contraditório, alternando momentos de extrema clareza sobre os desdobramentos da cena política nacional com um esquematismo primário, ele conseguiu prever, se é que posso utilizar este termo, a conjuntura política que redundou na Revolução de 1930. Diz-se do marxismo que sua especialidade é a análise de conjuntura, ou ainda, que a capacidade de “previsão” é o principal mérito para se caracterizar um trabalho, pretensamente baseado em Marx, como marxista de fato. Por si só esta capacidade “antecipadora” dos desdobramentos da cena política em pauta já é um fato significativo para um trabalho que foi tão criticado e tão pouco analisado pelos autores no Brasil.

Angelo José da Silva (angelo@coruja.humanas.ufpr.br) é Mestre em Ciência Política na UNICAMP e Professor de Ciência Política da UFPR.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BASBAUM**, Leôncio. (1976). *Uma vida em seis tempos. Memórias*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega.

**BATALHA**, Cláudio. (1995). “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: **QUARTIM DE MORAES**, João. (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 2. Campinas, UNICAMP.

**BRANDÃO**, Octávio. (1978). *Combates e batalhas. Memórias*. Vol. 1. São Paulo, Alfa-Ômega.

**DULLES**, John W. F. (1977). *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

**FREYRE**, Gilberto. (1995). “Euclides da Cunha, revelador da realidade brasileira”. In: *Eucli-*

*des da Cunha/Obra completa*. Vol. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

**FURTADO**, Celso. (1972). *Formação econômica do Brasil*. 11ª ed. (revista). São Paulo, Companhia Editora Nacional.

**LAMOUNIER**, Bolívar. (1990). "Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação". In: FAUSTO, Bóris. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 2. Tomo III. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

**LÊNIN**, Vladimir I.. (1979). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global.

**LIMA**, Heitor Ferreira. (1982). *Caminhos percorridos. Memórias de militância: 1887-1945*. São Paulo, Brasiliense.

**MAGNANI**, Silvia L. (1982). *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1907)*. São Paulo, Brasiliense.

**MAYER**, Fritz (pseud. de Octávio Brandão). (1926). *Agrarismo e industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. Buenos Aires, s. ed.

**MORAES Filho**, Evaristo de. (1981). *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados/Ed. da UnB.

**PANDOLFI**, Dulce Chaves. (1995). *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho.

**PEREIRA**, Astrogildo. (1976). *Formação do PCB*. Lisboa, Prelo.

**PERISSINOTTO**, Renato M. (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, Editora da UNICAMP.

**PRESTES**, Luís Carlos. (1993). "Luís Carlos Prestes e os antecedentes da Revolução de 1930". (Entrevista concedida a Angelo José da Silva em 20 de fevereiro de 1988). *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 1: 85-106.

**QUARTIM DE MORAES**, João. (1991). "A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro". In: REIS Filho, Daniel Aarão et al. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

**QUARTIM DE MORAES**, João (org.). (1995). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 2. Campinas, UNICAMP.

**SAES**, Décio. (1996). "Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 6/7: 129-147.

**SILVA**, Angelo José da. (1996). *A crítica operária à Revolução de 1930: comunistas e trotskistas*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH/UNICAMP.

**VENÂNCIO Filho**, Francisco. (1995). "Euclides da Cunha e seus amigos". In: *Euclides da Cunha/Obra completa*. Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

**WERNECK SODRÉ**, Nelson. (1995). "Revisão de Euclides da Cunha". In: *Euclides da Cunha/Obra completa*. Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

**ZANATTA**, Elaine Marques et al. (coords.). (1986). *Inventário analítico do acervo Octávio Brandão*. Campinas, UNICAMP.